

A RESISTÊNCIA NO FORMATO DE EQUIPE: AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS CEARENSES

Fabrcio de Sousa Sampaio

Instituto Federal de Educao, Cincia e Tecnologia- IFMA/Campus Araioses. E-mail:
farcosousa@yahoo.com.br.

Resumo: A secretaria de educao do estado do Ceara – Seduc/CE – atravs de sua clula da diversidade e incluso educacional – criou em 2015 a equipe de educao, gnero e sexualidade que objetiva fomentar polticas de formao nas escolas estaduais nas temticas de gnero e diversidade sexual na perspectiva de reconhecimento de direitos humanos. Este artigo discute as intervenes formativas desta equipe. A anlise documental, as entrevistas abertas e a observao participante foram acionadas como tcnicas de pesquisa para subsidiar as problematizaes levantadas no texto. A equipe de gnero e sexualidade da Seduc/CE, em tempos de avano do conservadorismo e fundamentalismo religioso na esfera educacional constitui, atualmente, em uma poltica educacional de resistncia a essas contra-ofensivas nas escolas cearenses.

Palavras-chave: Gnero, sexualidade, resistncia, formao, equipe. docente, escola estadual cearense.

Introduo

A excluso dos termos gnero e sexualidade em diversos planos educacionais no Brasil em 2016 representou, de certa maneira, politicamente, um pacto social de setores conservadores para barrar determinados avanos em termos de polticas pblicas relacionadas aos direitos de grupos “minoritrios”. O pressuposto que atravessa no apenas esta ofensiva com relao aos planos educacionais, mas tambm contra professorxs¹ e processos educativos em geral, a estigmatizao ou abjeo de todo e qualquer existncia corporal que no se encaixa ao modelo ocidental de inteligibilidade humana: homem branco, cristo e heterossexual.

Nos tempos atuais, parece que a ofensiva contra os corpos e as subjetividades dissidentes da heteronorma vem se intensificando a partir de discursos de odio, raiva, intolerncia e preconceito os quais so veiculados nos mais diversos meios de comunicao com destaque s redes sociais e s mdias de massa.

Na contramo de estas ofensivas, podemos destacar no estado do Ceara, determinadas polticas implementadas na esfera educacional que objetivam o reconhecimento das diversidades sexuais e de gnero ou se dirigem a contemplao dos direitos negados aos

¹ A letra x grafada em substituio dos artigos definidos o e a objetiva contemplar a diversidade de gnero para alm do binarismo.

corpos LGBTs, podemos citar duas ações da secretaria de educação do estado do Ceará que, entrelaçadas, vislumbram de determinada maneira, situações de inclusão desses sujeitos precários nos espaços escolares. A primeira foi a criação dentro da CODEA – Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – um setor que implementasse políticas de formação docente relacionadas às diversidades identificadas nos processos educativos cearenses: educação de jovens e adultos; educação quilombola, indígena e do campo; educação ambiental; educação prisional; e educação para a diversidade de gênero e sexual. Cada uma dessas áreas da diversidade educacional é contemplada por uma equipe de técnicxs pedagógicxs que atuam em processos de formação docente, acompanhamento e avaliação de políticas de desenvolvimento de processos educativos inclusivos.

A promulgação de decretos, portarias e leis que reconhecem direitos humanos em toda a rede educacional do Ceará representou a segunda ação do atual governo, como, por exemplo, o decreto nº 32.226, de 17 de maio de 2017², a lei 16.044/16³ e o decreto 32.188 de 07 de abril de 2017. O decreto de n. 32.188 – que institui o plano estadual de enfrentamento à LGBTFOBIA e a promoção dos direitos humanos LGBT – possui metas direcionadas às seguintes áreas temáticas: educação; políticas intersetoriais e participação popular; cultura e comunicação em direitos humanos; segurança pública e sistemas de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT; promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBT; e marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT.

A equipe de Educação, Gênero e Sexualidade (EGS) – atualmente constituída por três professorxs efetivos da rede estadual de ensino – objetiva, implementar nas escolas estaduais, políticas de formação docente e discente em relação às temáticas ligadas às diversidades de gênero e sexual numa perspectiva dos direitos humanos.

Este artigo objetiva visibilizar e analisar as ações formativas desta equipe, assim como refletir sobre os discursos proferidos durante os processos formativos que, de certa maneira, sustentam as práticas de discriminação e o não-reconhecimento das dissidências sexuais e de

² “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências”. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20170517/do20170517p01.pdf> . Acesso: 02/08/017.

³ Esta lei determina a realização da Semana Maria da Penha em toda a rede estadual de ensino em consonância com aprovação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre mecanismos legais para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta lei completou 11 anos de existência em 2017. A lei estadual cearense prevê a discussão em todas as escolas a conscientização e a reflexão crítica sobre a questão da violência contra as mulheres como também a importância do respeito aos direitos humanos, principalmente dos sujeitos “minoritários” tais como as mulheres cisgêneros e mulheres trans.

gênero. No primeiro momento da discussão, será apresentada algumas peculiaridades em relação às políticas de formação engendradas pela equipe EGS. E a segunda parte será constituída pela problematização dos discursos – capturados durante as observações diretas dos processos formativos – e dos relatos dxs integrantes da equipe.

Metodologia

A pesquisa qualitativa que fundamenta este artigo foi realizada em duas etapas duas etapas complementares. Na primeira, foram utilizadas a análise documental e as conversas informais com xs técnicxs pedagógicxs para identificar as ações da equipe. Esta etapa ocorreu no início de 2017. As conversas informais tanto “online” via whatsapp quanto observações diretas no transcorrer das atividades da equipe, constituíram as técnicas de pesquisa acionadas na segunda etapa da investigação engendada cujos resultados preliminares foram apresentados em eventos científicos no ano passado. A análise do discurso, relacionadas às perguntas e às intervenções realizadas por estudantes e profissionais das escolas durante as atividades de formação, constituiu a principal técnica de pesquisa para problematizar os discursos que transitavam pelos espaços escolares cearenses e que possivelmente balizaram os processos de estigmatização e abjeção direcionados aos corpos, gêneros e sexualidades dissidentes.

Durante os meses de junho a outubro de 2017, as atividades da equipe foram observadas diretamente. Neste período, atuei como membro desta equipe cujo encerramento de meu vínculo ocorreu no final de outubro do mesmo ano devido a uma aprovação em outro concurso público.

Resultados e Discussão

A equipe de Educação, Gênero e Sexualidade (EGS) vinculada à Codea/Diversidade e Inclusão educacional/Seduc/CE atua na rede educacional cearense desde 2015. Desde a sua criação, esta equipe tem a função de fomentar políticas de formação nas escolas estaduais no âmbito do reconhecimento de direitos humanos relacionados às diversidades de gênero e sexualidade. A sua intervenção política nos espaços escolares ocorre a partir de quatro formatos: as oficinas pedagógicas, as rodas de conversas, palestras, e os aulões Enem. De acordo com os documentos disponibilizados pela equipe, e que foram atualizados no final de janeiro de 2018, já foram realizadas 45 oficinas, 35 palestras, 27 rodas de conversa e 33 aulões Enem. Dentre professorxs, estudantes, gestores

escolares e outros sujeitos da comunidade escola, 10.350 pessoas participaram de alguma atividade realizada pelos técnicos pedagógicos desta equipe.

As oficinas pedagógicas são direcionadas aos professorxs das escolas. Geralmente estas atividades possuem oito horas de duração e didaticamente é estruturado da seguinte maneira. Inicialmente os técnicos pedagógicos realizam uma exposição dialogada acerca de conceitos básicos que consideram essenciais para contemplar a diversidade de gênero e sexual: sexo biológico, gênero, orientação sexual e identidade. Em seguida, a discussão pode ser direcionada a temáticas relacionadas às perguntas e indagações engendradas pelos docentes. Em determinadas oficinas, os assuntos a serem abordados neste momento, também pode ser direcionados previamente através das solicitações enviadas à Seduc/CE. Na terceira etapa, algumas atividades práticas são executadas para produzir conhecimento científico, sensibilização e conscientização acerca dos preconceitos e dos atos discriminatórios originados a partir do não-reconhecimento das diversidades. A oficina é finalizada com a entrega de um arquivo contendo sugestões de atividades pedagógicas relacionadas ao gênero e sexualidade, a escuta de encaminhamentos para a escola como um todo e a avaliação geral da atividade pelos participantes.

O público alvo das palestras é diverso. Com a duração de quatro a cinco horas, esta atividade principia, geralmente, com a exposição de achados teórico-científicos sobre alguma temática solicitada por instituição via ofício enviado à Coordenadoria. Nesta exposição também são utilizados vídeos e imagens que representam depoimentos de estudantes ou especialistas de determinada temática abordada. Em seguida, os técnicos coordenam uma seção de perguntas e intervenções realizadas pelos participantes.

As rodas de conversas foram consideradas pelos dois técnicos pedagógicos como o “momento mais rico de nossas atividades” (Homero/2017)⁴. A equipe se desloca para a escola que solicitou sua intervenção e engendra momentos de discussão com todos os estudantes. Geralmente, a cada duas horas, uma turma específica é dividida em dois grupos cujo debate será mediado por um dos técnicos. Didaticamente, esta atividade pode ser iniciada por uma exposição dialogada sobre conceitos básicos tais como sexo, gênero, orientação sexual e identidade, mas também pode ser principiado com algum vídeo ou imagens direcionadas a temáticas solicitadas pelas escolas anteriormente. Este momento formativo será o palco principal da análise discursiva da próxima seção do artigo.

E os aulões Enem são direcionados aos estudantes da terceira série do ensino médio

⁴ Formatação de identificação do colaborador da pesquisa diferenciada para se distinguir da formatação ABNT.

com a intenção de prepará-los teoricamente para resolver questões relacionadas ao gênero e a sexualidade, além da escrita da redação. A equipe detectou a partir de pesquisa documental como estas temáticas vem se intensificando na estruturação das questões deste exame nacional em todas as áreas de conhecimento. Didaticamente, em média de duas horas, o técnico de maneira dialogada resolve dez questões previamente selecionadas. O objetivo formativo desta atividade é focar nas discussões dos assuntos que cada questão sugere, tais como o machismo, as desigualdades de gênero, movimentos feministas, violência contra a mulher, discriminações de forma geral, homo-lesbo-transfobias e outros.

A próxima seção objetiva problematizar os discursos proferidos durante algumas atividades formativas observadas a fim de identificar as construções que de, certa maneira, (re)produzem no cotidiano escolar o fundamento das práticas de exclusão, discriminação de violência em relação aos dissidentes da heteronormatividade.

Irigaray sugere pensar em dois conceitos no que se refere a gestão da diversidade nos ambientes de trabalho e, no âmbito desta discussão, nos espaços escolares: a homofobia e a heteronormatividade (2011, p.45). A heteronormatividade como dispositivo contemporâneo da sexualidade nos termos de Richard Miskolci (2009) se refere ao conjunto de discursos, práticas e saberes que institui a heterossexualidade como única possibilidade natural de viver (JUNQUEIRA, 2012, p.66). Esse dispositivo considera como legítima apenas a sequência heterossexual e binária de sexo-gênero-sexualidade. Este conceito criado por Michael Warner exige que todo/as organizem suas vidas conforme o modelo ‘coerente’ da heterossexualidade. E difere da heterossexualidade compulsória por esta exigir a heterossexualidade das pessoas como único destino. Já na heteronormatividade, todas as orientações sexuais devem organizar suas sociabilidades conforme a matriz heterossexual (COLLING, 2015, p.24).

A escola, a educação e talvez todos os ambientes socioculturais são atravessados por uma “pedagogia da sexualidade” (LOURO, 1999). Esta pedagogia se traduz numa “pedagogia do insulto”, contra alvos preferenciais, que por meio de piadas e ridicularizações funciona como dispositivo heterorregulador “de objetivação, silenciamento, ajustamento, marginalização e exclusão” (JUNQUEIRA, 2015, p.39). O insulto como um dos elementos acionados na normalização: processo arbitrário de naturalização de uma identidade como natural, no caso, a heterossexual. Essa “pedagogia do insulto” também se traduz em “pedagogia do armário”:

Constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, silenciamento,

invisibilização, ocultação e não-nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão (JUNQUEIRA, 2015, p.39-0).

Para Junqueira (2015), por meio dessas pedagogias – insulto e do armário – que talvez possamos identificar como mecanismos de um “heteroterrorismo” nos termos de Bento (2011) – os estudantes [e no caso os trabalhadores de maneira geral, especialmente a população LGBT] aprender a se relacionar dentro da heteronormatividade e “mover as alavancas do heterossexismo e da homofobia” (JUNQUEIRA, 2012, p.70).

Durante as escutas na observação direta das formações, alguns discursos proferidos poderiam ser reivindicados como fomentadores de uma mentalidade lgbtfóbica. O primeiro discurso foi o da determinação do gênero e da sexualidade pelo sexo biológico vinculado ao binarismo oposicional de gênero, ambos motores de sustentação da heterossexualidade compulsória. O segundo discurso foi a versão médica e psiquiátrica das dissidências de gênero e sexuais tais como a homossexualidade e as experiências trans. A transexualidade era compreendida na maioria dos discursos como patologia ou “confusão” entre sexo biológico e sexo mental. Vale ressaltar que esta versão também está sendo veiculada por alguns canais de comunicação de massa, principalmente em telenovelas e reportagens.

Um terceiro discurso tentou deslegitimar a bissexualidade. Para alguns profissionais, a orientação bi era considerada uma “indecisão” ou “confusão” de pessoas que ainda não assumiram uma “verdadeira sexualidade” seja heterossexualidade ou homossexualidade. Outros discursos tentaram justificar as práticas lgbtfóbicas direcionadas aos corpos dissidentes por sua expressividade de gênero “não de dá o respeito”. Este discurso parece estar atravessado por imperativos de higienização das dissidências para novamente performatizar o binarismo de gênero que é considerado o critério de inteligibilidade dos corpos humanos na sociedade ocidental. Em outros termos, a violência e o possível assassinato eram considerados práticas de assepsia necessárias para manter a saúde, a ordem e a paz da sociedade heterossexista.

Conclusões

No cenário atual de disseminação negativa das discussões de gênero e sexualidade nos espaços escolares, a criação, existência e atuação da equipe de Educação, Gênero e Sexualidade da Secretaria de Educação do Estado do Ceará

constituem em processos de resistência institucional no âmbito da luta pela inclusão social como um todo. Pela análise empreendida, as ações da EGS adquiriram legitimidade expressiva com a promulgação de leis e portarias que expressam a preocupação do governo cearense com a promoção de políticas públicas em relação ao reconhecimento das diversidades na esfera educacional.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, 19(2), 2011, p. 549-559. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso: 21/06/2016.

_____. **A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf> . Acesso: 20/06/2016.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEARÁ. Diário oficial do Estado. **Decreto n. 32.188**, série 3, ano IX, n.069, p.6-7, 07/08/2017.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista cult: dossiê- ditadura heteronormativa**, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho, p.22-25, 2015.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Orientação sexual e trabalho. In: **Especial diversidade e gestão**. vol.10 nº2 jul/dez 2011, p. 44-47. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/22885/21648> . Acesso: 02/08/2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI, Richard (Org.). **Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos). P.277-305. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131962/Pedagogia-do-armario-Richard-Miskolci-e-Larissa-Pel%C3%BAcio-Orgs.-Discursos-Fora-da-Ordem-Sexualidades-Saberes-e-Direitos.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso: 20/05/2016.

_____. Pedagogia do armário. In: **Revista cult: dossiê- ditadura heteronormativa**, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho, p.38-41, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Filipe & GOELLNER, Silvana
Vilodre, Org. (2003). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação.
Petrópolis: Vozes.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte:
Autêntica Editora/UFPO, 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu** (28), p. 19-54.
Jan./jun., 2007.